

**POLITICA DE CRÉDITO DA BANCA CONTRIBUIU PARA O ATRASO E ESTAGNAÇÃO DO PAÍS, E A GRAVIDADE DA CRISE: - apenas 7,3% do crédito foi concedido à agricultura, pesca e indústria, enquanto 78,1% foi para a construção, habitação, imobiliário e consumo**

**RESUMO DESTE ESTUDO**

A direita no seu ataque ao investimento público procura fazer passar a ideia junto da opinião pública que o investimento privado é sinónimo de qualidade, de crescimento económico e desenvolvimento, e de que o investimento público é necessariamente mau investimento, aumento do endividamento e mesmo desperdício. Embora o investimento público não seja sempre bom investimento (exs.: os estádios de futebol construídos durante o Euro2000, a maioria subutilizados, que agora estrangulam financeiramente as autarquias, e a multiplicação de auto-estradas em regiões de tráfego reduzido em que uma simples via rápida de menores custos seria suficiente), o investimento privado, mais interessado em obter lucros elevados e rápidos, leva muitas vezes ao estrangulamento das actividades produtivas, à promoção da especulação, e ao aumento das assimetrias regionais, como acontece no nosso País. A necessidade de investimento público para combater a crise e criar emprego, não deve fazer esquecer que é necessário é de bom investimento público e não de qualquer investimento público (é necessário utilizar bem os recursos públicos que são escassos). Mais PPP NÃO, já que o risco é do Estado e os lucros dos privados, como inevitavelmente serão o TGV e o novo aeroporto se forem aprovados (o custo médio anual das PPP de Sócrates é já de 806 milhões € de 2010- 2014, e de 1.517 milhões € de 2015-2023).

A banca em Portugal é responsável pela falta de qualidade do investimento privado e, conseqüentemente, também pela estagnação do País, pela gravidade da crise e pelo aumento das desigualdades regionais. Ela tem a função importante de recolher recursos (poupança dos portugueses e empréstimos externos que aumentam a dívida externa) e depois de canalizar os meios que assim obtém, que não são seus, através do crédito que concede, para as diferentes áreas de actividade económica, regiões, empresas e indivíduos, promovendo uns (os que têm acesso a esse crédito) e estrangulando outros (os que não conseguem crédito). Desta forma, a banca acaba por condicionar todo o crescimento económico e desenvolvimento de um país.

E segundo o Banco de Portugal (Quadro I), em Janeiro de 2010, o crédito concedido à agricultura representava apenas 0,8% do crédito total; à pesca somente 0,1%; às indústrias extractivas 0,2%, à Indústria Transformadora 6,2%; em suma, estes 4 sectores produtivos fundamentais para o crescimento económico e aumento da competitividade do País receberam apenas 7,3% de todo o crédito concedido pela banca em Portugal. E entre 2000 e 2010, o crédito concedido a estes 4 sectores baixou de 11,3% para 7,3% do crédito total concedido pela banca, ou seja, sofreu uma redução de 35,4%. Enquanto sucedeu isto em relação às actividades produtivas essenciais para o desenvolvimento do País, entre 2000 e 2010, o crédito concedido pela banca às empresas de construção cresceu de 8,4% para 9,3% do total; às actividades imobiliárias de 11,2% para 17,2%; e à habitação, que permitiu a especulação nas duas actividades anteriores, subiu de 42,7% para 45,2% do crédito total concedido pela banca; em resumo, estas três actividades – construção, imobiliário e habitação – absorveram, em 2000, 62,3% de todo o crédito concedido pela banca em Portugal e, em 2010, 71,7% do crédito total. Se adicionarmos o crédito ao consumo (6,5% do total em 2000 e 6,4% em 2010) a desigualdade de tratamento ainda se torna mais grave.

Mas esta distorção no crédito imposta pela banca na ânsia de obter lucros elevados e rápidos com riscos reduzidos, é visível não só na repartição do crédito concedido pelas diferentes actividades económicas, promovendo as especulativas e estrangulando as produtivas, mas também na repartição pelas diferentes regiões do País agravando as desigualdades regionais.

Segundo dados também do Banco de Portugal (Quadro II), no fim de 2009, o crédito concedido no distrito de Aveiro representava apenas 4,4% do crédito total; no de Beja: 0,8%; no de Braga: 5,2%; no de Bragança: 0,5%; no de Castelo Branco: 0,9%; no de Coimbra: 2,6%; no de Évora : 1,1%; no de Faro: 3,9%; no da Guarda: 0,6%; no de Leiria: 3,6% . Por outras palavras, estes 10 distritos receberam apenas 20,5% de todo o crédito concedido pela banca, enquanto o distrito de Lisboa recebeu 42,7%, ou seja, mais 89,3%. A mesma desigualdade se verifica em relação aos restantes distritos. O de Santarém recebeu apenas 2,7%; o de Setúbal: 5,8%; o de Viana de Castelo: 1,2%; o de Vila Real: 0,9%; o de Viseu: 2%; os Açores somente 1,8%; a Madeira:3,3%; e o de Portalegre: 0,6%. Estes 8 regiões receberam 18,3% de todo o crédito concedido pela banca, ou seja, um pouco mais que o recebido pelo distrito do Porto que, em 2009, tinha obtido 15,4%. É evidente que esta grave desigualdade na repartição do crédito pelas diferentes regiões do País agravou as assimetrias regionais, contribuindo para um País cada vez mais desigual.

Uma política de combate à crise e às assimetrias regionais exige a alteração da política de crédito da banca, incluindo a da CGD, e de investimentos público (é inaceitável aprovar o TGV mas cortar o investimento na CP e reduzir para metade na ferrovia convencional como se verificou).

A política de crédito do sistema bancário é uma matéria que tem merecido pouca atenção por parte quer do governo, quer do pensamento económico neoliberal dominante, quer dos próprios media, embora ela condicione a qualidade do investimento que é realizado em Portugal e, consequentemente, o crescimento económico e o desenvolvimento do País.

Mesmo agora que Portugal enfrenta uma crise económica e social com uma gravidade nunca antes registada depois do 25 de Abril, em que os recursos são escassos e limitados, a necessidade do investimento ser de qualidade parece não preocupar os governantes nem os fazedores de opinião pública. Preocupa-os apenas a redução do défice como isso fosse suficiente para gerar, como por milagre, o crescimento económico e desenvolvimento. Outros continuam a pensar que os recursos são ilimitados, e que se pode fazer simultaneamente tudo desde auto-estradas para resolver problemas de regiões com tráfego reduzido que poderiam ser resolvidos com vias rápidas de muito menor custo; alta velocidade de 350Km/hora, quando de menor velocidade e, consequentemente, de menores custos seria mais que suficiente; modernização da ferrovia convencional, a maior parte dela degradada e a carecer de grandes investimentos que são absolutamente indispensáveis para combater as graves assimetrias regionais e desenvolver de uma forma equilibrada o País, mas que são cortados para metade ou adiados perante o silêncio geral; construir a 3ª ponte sobre o Tejo e mais um novo aeroporto, que envolvem grandes investimentos, que ninguém sabe com um mínimo de consistência qual será o nível de utilização e benefícios até devido as alterações do mercado mundial devido à crise actual; proceder à reindustrialização do país, à modernização da agricultura e das pescas tão necessário mas que exige também grandes investimentos; produzir bens transaccionáveis que sejam competitivos no mercado global, etc.; em resumo, tudo isto exige meios financeiros gigantescos, que ninguém se preocupa nem em quantificar nem em saber como serão obtidos, nem que benefícios reais se alcançarão com esses investimentos, nem depois como serão pagos.

Repetimos, a preocupação de qualidade do investimento continua a estar ausente do debate público actual. Uns pensam que é suficiente o investimento ser privado para ser de qualidade e justificável, enquanto outros defendem precisamente o contrário, ou seja, que basta o investimento ser público e de gestão pública para ser bom investimento, esquecendo-se que isso nem sempre é verdade, e que a eficiência e a avaliação séria custo-benefício, incluindo social, é fundamental para que se tenha um bom investimento público. A forma ligeira e mesmo irresponsável como Sócrates e o seu governo falam de investimentos que, pela sua dimensão, condicionam o futuro do País e dos portugueses durante muitos anos é preocupante. À falta de argumentos consistentes a única coisa que sabem dizer é que é necessário respeitar compromissos com empresas (diga-se com a Mota-Engil, por ex.) ou com a C.E. Os encargos já assumidos com as Parcerias Público Privadas (PPP), que envolvem lucros certos e seguros para os grandes grupos económicos à custa do OE, e pesados encargos para os contribuintes (só até 2030, os encargos do OE com as PPP já assinadas atingem 22.493,2 milhões € que a partir de 2010 se pagarão), é preocupante, sendo um obstáculo ao desenvolvimento futuro do País (Mais PPP NÃO). A análise da política de crédito da banca mostra que o investimento privado não é sinónimo de qualidade, e que uma política de concessão de crédito orientada pelo lucro pode conduzir um país ao atraso, à crise e à estagnação e ao aumento das assimetrias regionais como acontece em Portugal.

#### **A BANCA É TAMBÉM RESPONSÁVEL PELO ATRASO DO PAÍS, PELA ESTAGNAÇÃO ECONOMICA, E PELA GRAVIDADE DA CRISE QUE O PAÍS ENFRENTA**

No mundo actual, uma economia não consegue nem funcionar nem se desenvolver sem crédito. O crédito, ao canalizar recursos para certas actividades, regiões, e empresas, e a negar a outras, promove umas e condena outras à estagnação e mesmo ao desaparecimento. A análise da repartição do crédito concedido pela banca em Portugal por actividades revela a responsabilidade da banca na estagnação económica do País e na gravidade da crise nacional actual.

**QUADRO I – CRÉDITO POR ACTIVIDADES EM PORTUGAL- Em Percentagem do Crédito Total**

ANOS	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	Pesca	Indústrias extractivas	Indústrias transformadoras	Produção e distribuição de electricidade, gás e água	Construção	Habitacão
	Em Percentagem do Crédito Total						
2000 Jan	0,7%	0,1%	0,3%	10,2%	1,5%	8,4%	42,7%
2004 Jan	0,7%	0,1%	0,3%	8,5%	0,9%	9,8%	42,5%
2005 Jan	0,7%	0,1%	0,3%	7,8%	1,0%	9,8%	43,8%
2007 Jan	0,7%	0,0%	0,2%	6,2%	1,0%	9,4%	47,2%
2009 Jan	0,8%	0,1%	0,2%	6,4%	1,5%	9,7%	44,4%
2010 Jan	0,8%	0,1%	0,2%	6,2%	1,5%	9,3%	45,2%

ANOS	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso	Alojamento e restauração	Transporte, armazenagem e comunicações	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	Educação, saúde e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	Consumo	TOTAL
	Em Percentagem do crédito Total						%
2000 Jan	11,7%	1,0%	3,1%	11,2%	2,6%	6,5%	100%
2004 Jan	9,0%	1,4%	3,9%	15,7%	1,7%	5,5%	100%
2005 Jan	8,0%	1,4%	3,5%	16,5%	1,6%	5,6%	100%
2007 Jan	7,2%	1,5%	2,6%	16,5%	1,6%	5,9%	100%
2009 Jan	6,8%	1,6%	2,9%	18,0%	1,7%	6,5%	100%
2010 Jan	6,5%	1,7%	2,9%	17,2%	1,9%	6,4%	100%

FONTE: Boletim Estatístico – 2010 – Banco de Portugal

Os dados divulgados pelo Banco de Portugal revelam que, entre Jan2000 e Jan2010, o crédito concedido pela banca à agricultura e silvicultura aumentou de apenas 0,7% para 0,8%; à pesca estagnou em 0,1%; às indústrias extractivas baixou de 0,3% para 0,2%; às indústrias transformadoras diminuiu também de 10,2% para apenas 6,2%; à produção e distribuição de electricidade gás e água estagnou em apenas 1,5% do crédito total. Enquanto isto sucedeu em sectores estratégicos para o aumento da competitividade, para o crescimento económico e desenvolvimento do País, o crédito concedido às empresas de construção aumentou de 8,4% para 9,3% do crédito total; à habitação subiu de 42,7% para 45,2%; às actividades imobiliárias aumentou também de 11,2% para 17,2%; ao comércio por grosso e a retalho caiu de 11,7% para 6,5% ; etc.; etc. Portanto, uma política de crédito que só podia conduzir à fragilização do aparelho produtivo, à estagnação económica e, conseqüentemente, a grandes dificuldade em enfrentar qualquer crise como efectivamente está a suceder neste momento. É preciso alterar isto.

#### A POLITICA DE CRÉDITO DA BANCA AGRAVOU AS ASSIMETRIAS REGIONAIS

A política de crédito da banca conduziu não apenas à destruição do aparelho produtivo nacional, à estagnação e ao agravamento da crise, mas também aumentou as desigualdades regionais. Os dados do Banco de Portugal sobre a repartição do crédito pelos diferentes distritos do País mostra a profunda desigualdade que existe neste campo, o que agravou as assimetrias regionais.

QUADRO II - CRÉDITO POR DISTRITOS NO FIM DO ANO- Em Percentagem do Crédito Total

ANOS	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	Castelo Branco	Coimbra	Évora	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa
	Em Percentagem do Crédito Total - Saldo no fim do ano										
2000	4,5%	0,6%	4,5%	0,5%	1,0%	2,4%	0,9%	2,5%	0,6%	3,0%	44,8%
2004	4,7%	0,7%	5,0%	0,5%	1,0%	2,6%	1,1%	3,1%	0,6%	3,5%	43,2%
2005	4,7%	0,7%	5,1%	0,5%	1,0%	2,6%	1,1%	3,3%	0,6%	3,6%	42,5%
2007	4,6%	0,7%	5,1%	0,6%	1,0%	2,6%	1,2%	3,8%	0,6%	3,7%	41,5%
2009	4,4%	0,8%	5,2%	0,5%	0,9%	2,6%	1,1%	3,9%	0,6%	3,6%	42,7%
ANOS	Porto	Santarém	Setúbal	Viana do Castelo	Vila Real	Viseu	Açores	Madeira	do qual Off-shore	Portalegre	TOTAL
	Em Percentagem do Crédito Total - Saldo no fim do ano										
2000	18,9%	2,4%	6,1%	0,9%	0,9%	1,6%	1,2%	2,2%	0,3%	0,6%	100%
2004	16,6%	2,6%	6,3%	1,0%	0,9%	1,7%	1,3%	3,1%	0,5%	0,6%	100%
2005	16,1%	2,7%	6,2%	1,1%	0,9%	1,8%	1,6%	3,1%	0,4%	0,6%	100%
2007	15,9%	2,8%	6,2%	1,1%	1,0%	1,9%	1,8%	3,3%	0,5%	0,6%	100%
2009	15,4%	2,7%	5,8%	1,2%	0,9%	2,0%	1,8%	3,3%	0,4%	0,6%	100%

FONTE: Boletim Estatístico - 2010 - Banco de Portugal

O crédito concedido pela banca nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Évora Faro, Guarda, Leiria, Santarém, Viseu e Portalegre, aos Açores e Madeira somou, em 2000, apenas 36,4% do crédito total concedido pela banca em 2000 e 41,9% em 2009. Dois distritos – Lisboa e Porto – continuam a receber muito mais de metade de todo o crédito concedido pela banca em Portugal (63,6% do crédito total em 2000, e 58,1% em 2009). É urgente alterar isto.

Eugénio Rosa – Economista – [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt) – 5.5.2010

Eugénio Rosa – Economista – Mais estudos em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)